



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

Direção da ACS
Rua António Pinho, nº 6/6 C, 1500-661 Lisboa

www.acasapiana.com | acasapiana@acasapiana.com



Índice

I. Introdução	3
II. Análise financeira.....	4
III. Resultados Líquidos	6
IV. Conclusão	6
V. Acontecimentos Relevantes	6
VI. Agradecimentos	7
VII. Ata da Direção	8
VIII. Parecer do Conselho Fiscal.....	9
IX. Relatório de Gestão do ano 2025	10
1. Administração e Gestão.....	10
1.1 Recursos Financeiros e Patrimoniais	10
1.2 Investimentos, gestão e manutenção de património	11
1.3 Recursos Humanos	11
1.4 Relação com os Associados.....	12
1.5 Relação com o exterior	12
1.6 Animação Sociocultural e Atividades.....	13
2. Objetivos Estratégicos	14
X. Considerações Finais	17
ANEXO	18
Anexo 1.....	19
Contas 2025	19



I. Introdução

Em conformidade com a Lei e com os Estatutos da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS, com sede na Rua António Pinho, n.ºs 6, 6A, 6B e 6C, Parque do Monsanto, 1500-661 Lisboa, inscrita sob o n.º 26/94, em 16 de maio de 1994 – Livro n.º 5, folha n.º 182 e verso, considerado efetuado em 19 de julho de 1993, conforme publicação no Diário da República n.º 168, III Série, a fls. 13312, de 22 de julho de 1994, pessoa coletiva n.º 503109487 e NISS 20004217089, e nos termos do disposto na alínea b) do artigo 59.º-A do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O presente Relatório consubstancia o resultado do trabalho desenvolvido pela Direção ao longo do exercício de 2025, refletindo a consolidação dos modelos de organização e funcionamento que têm vindo a assegurar a estabilidade económica, financeira e institucional da Associação.

Durante o período em análise, merecem especial destaque os investimentos realizados em diversas áreas estratégicas, designadamente: a execução de obras de beneficiação e requalificação da lavandaria e casa mortuária; a criação de uma sala sensorial, destinada ao reforço da qualidade dos cuidados prestados, novo ramal de abastecimento de água; a reestruturação e modernização das salas existentes; bem como o reforço do processo formativo dos colaboradores da ACS e a criação de um novo layout e modernização do site institucional. Paralelamente, foi dada continuidade à melhoria dos processos operacionais, administrativos, técnicos e de prestação de cuidados aos residentes e utentes.

Estas iniciativas evidenciam o compromisso permanente da Direção com a qualidade dos serviços prestados, a valorização dos recursos humanos, a modernização das infraestruturas e a sustentabilidade da Instituição.

A Direção reafirma, ainda, a sua determinação em honrar o legado dos Irmãos Casapianos fundadores e os princípios da Solidariedade, que continuam a nortear a missão, os valores e a ação da Associação.

Como expressão maior desse compromisso, recorda-se o princípio que inspira a nossa atuação:

“A nossa felicidade é a felicidade que proporcionamos aos outros.”

Luís Figueiredo, Presidente



II. Análise financeira

O ano de 2025 apresentou um quadro contextual com alguns desafios significativos, nomeadamente a instabilidade externa com origem nos conflitos em curso nas margens da Europa e a instabilidade interna com origem na situação política corrente.

A sustentabilidade económica e financeira, como primeira determinante da autonomia na atuação e intervenção da ACS, exigia que em 2025 se continuasse a trabalhar objetivamente para que, de alguma forma, se conseguisse atingir um equilíbrio financeiro que garantisse aquela sustentabilidade.

Entre outros instrumentos operacionais recorreu-se aos seguintes recursos:

- a) Angariação de novos sócios e de novos residentes/utentes;
- b) Melhoria dos serviços prestados e melhorar a satisfação dos residentes/utentes e dos seus familiares;
- c) Melhoria da relação com os associados;
- d) Valorização contínua dos Recursos Humanos;
- e) Melhoria da eficiência e da eficácia na área das compras;
- f) Melhoria do equipamento e das instalações;
- g) Garantia da proximidade da Instituição com a comunidade e com entidades terceiras;
- h) Cumprimento com rigor do espírito de poupança do Orçamento para 2025.

A operação da ACS referente ao de 2025 traduziu-se em execução, face ao orçamentado, com desvios que importa referir:

- a) Aumento dos Gastos de 16,35% face ao orçamentado para o período em análise;
- b) Aumento dos Rendimentos de 13,95% para o mesmo período.

O Resultado Líquido correspondente foi negativo em 52 600,04 euros, para uma previsão orçamental (positiva) de 6 533,60 euros. Segue-se uma apreciação dos principais agregados:

Gastos Totais:

GASTOS	2024 (Real)	2025 (Orçamento)	2025 (Real)	
	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	Desvio (%)
61 CMVMC				
62 Fornecimentos e serviços externos	1 019 798,67	1 096 350,00	1 209 452,12	10,32
63 Gastos com o pessoal	1 266 776,33	1 132 455,00	1 458 995,98	28,83
64 Gastos de depreciação e de amortização	169 669,06	165 700,00	151 518,87	-8,56
65 Perdas por imparidade				
66 Perdas por reduções de justo valor				
67 Provisões do período				
68 Outros gastos e perdas	68 963,77	64 450,00	58 042,71	-9,94
69 Gastos e perdas de financiamento	37 754,30	38 700,00	27 993,37	-27,67
Total Gastos	2 562 962,13	2 497 655,00	2 906 003,05	16,35

1.1 As contas de Gastos Operacionais registam comportamentos diferenciados face ao previsto em orçamento:

1.2 "62-Fornecimentos e serviços externos"; desvio desfavorável de 10,32% devido, essencialmente, à revisão de preços praticados nas diversas componentes de que se destacam, pelo seu valor, Exploração de Refeitórios, Serviços Externos, Energia e Fluidos e, ainda, Gastos de Manutenção;

1.3 "63-Gastos com o pessoal"; aumento de 28,83% face ao valor orçamentado devido, em parte significativa, a acertos de final de ano;

1.4 "64-Gastos de depreciação e de amortização"; redução de 8,56%, resultado da execução abaixo do previsto do plano de investimentos, com estabilização de tendência ao longo do ano,

1.5 A conta "68-Outros gastos e perdas" regista um desvio favorável (redução) de 9,94%, resultado da integração, no final do ano, de custos a imputar referentes a esta conta;

1.6 A conta "69-Gastos e perdas de financiamento"; desvio favorável (redução) de 27,67%, resultado das operações financeiras associadas à concretização do plano de investimentos previsto;

1.7 Os Gastos da operação acumulada referente a Dezembro de 2025 atingem o montante de 2 906 003,05 euros, 16,356 % acima do valor orçamentado (2 497 655,00 euros), como acima se referiu.

2. Rendimentos Totais:

RENDIMENTOS	2024 (Real)	2025 (Orçamento)	2025 (Real)	
	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	Desvio (%)
71 Vendas	0,00			
72 Prestações de serviços	2 171 389,61	2 146 458,00	2 565 629,12	19,53
73 Variações nos inventários da produção				
74 Trabalhos para a própria entidade				
75 Subsídios à exploração	480 728,76	239 030,60	114 355,89	-52,16
76 Reversões				
77 Ganhos por aumentos de justo valor				
78 Outros rendimentos e ganhos	117 002,32	118 700,00	173 418,00	46,10
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares				
Total Rendimentos	2 769 120,69	2 504 188,60	2 853 403,01	13,95

2.1 A conta "72-Prestações de serviços", enquanto rubrica de proveitos, é o principal indicador da operação corrente; regista desvio positivo de 19,53% face ao orçamento, tendência que se manifestou logo no início do exercício;

2.2 A conta "75-Subsídios à exploração" regista desvio negativo de 52,16% face ao orçamento, resultado, em grande medida, da irregularidade no tempo dos factos patrimoniais aqui envolvidos; foi a tendência ao longo do exercício;



2.3 A conta "78- Outros rendimentos e ganhos" traduz factos patrimoniais com muito reduzida margem de controlo ou programação; o desvio favorável de 46,10% foi consistente ao longo do exercício;

2.4 Os Rendimentos globais acumulados referentes ao exercício de 2025 atingem o valor de 2.853.403,01 euros, traduzindo um ganho de 13,95 % face ao orçamento (2.504.188,60 euros), como acima foi referido; também neste domínio, a tendência desenhou-se muito cedo durante o exercício.

III.Resultados Líquidos

RESULTADOS	2024 (Real)	2025 (Orçamento)	2025 (Real)	
	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	Desvio (%)
81 Resultado líquido do período	206 158,56	6 533,60	-52 600,04	-905,07

Na operação acumulada de 2025, como efeito conjunto da discrepância de evolução dos grandes agregados económico-financeiros (acrécimo de 16,35% dos Gastos face a acréscimo dos Proveitos de 13,95%) o Resultado Líquido atingiu uma queda face ao previsto em Orçamento de 905,07%, registando-se um prejuízo de 52.600,04 euros.

IV.Conclusão

A operação financeira da ACS para o ano de 2025, globalmente, é afetada pela discrepância de evolução entre os principais agregados económico-financeiros: os Custos registaram um acréscimo superior ao verificado nos Proveitos, o que eliminou o resultado positivo inicialmente orçamentado, gerando o Prejuízo de 52.600,04 euros. Do lado dos Custos, a rubrica mais relevante foi Gastos com Pessoal, situação que não é expectável nos exercícios futuros; do lado dos Proveitos, o comportamento das diferentes rubricas foi regular, em linha com o que se vem verificando. Financeiramente, o ano de 2025 traduz um período de ajustamento, que se espera ver concluído nos exercícios seguintes.

V. Acontecimentos Relevantes

O ano de 2025 foi marcado por acontecimentos significativos que reforçaram a modernização, o equilíbrio institucional e o alcance dos objetivos propostos no Plano de Ação. Estas iniciativas contribuíram para melhorias tanto estruturais quanto humanas, com especial destaque para a preocupação com o ambiente, modernização e sustentabilidade energética.

- Objetivo alcançado - Sustentabilidade e Melhoria Institucional:

As ações implementadas inserem-se num conjunto de medidas destinadas a consolidar a sustentabilidade institucional da ACS. Paralelamente, promoveram melhorias nos espaços físicos,

na qualidade dos serviços prestados e no bem-estar e motivação dos colaboradores, refletindo uma abordagem integrada entre eficiência organizacional e valorização humana.

➤ Resultados e Compromissos:

O impacto global destas iniciativas reforçou o compromisso da ACS em cumprir e superar os objetivos do Plano de Ação. A instituição assegurou um funcionamento equilibrado e sustentável, alinhado com as melhores práticas de gestão, bem como com a excelência nos cuidados prestados aos residentes e utentes.

VI. Agradecimentos

A Associação Casapiana de Solidariedade (ACS), bem como os seus corpos gerentes, deseja expressar o seu profundo reconhecimento e gratidão a todos os sócios, parceiros, colaboradores e à comunidade que, ao longo do ano de 2025, continuaram a acreditar na nossa missão e a apoiar o nosso trabalho.

Em especial, agradecemos a colaboração e o apoio das seguintes instituições parceiras:

ISS, IP – Segurança Social

PSP – Polícia de Segurança Pública,

Escola Superior de Educação de Lisboa – ESELx

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa - ESEL

Universidade Católica – Enfermagem Lisboa

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Cruz Vermelha Portuguesa

OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses

Universidade Europeia

ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

AFID – Fundação AFID Diferença

Dirigimos também um agradecimento especial ao Banco Montepio, Associação Mutualista Montepio, CPAC – Casa Pia Atlético Clube, Casa Pia de Lisboa e à Associação dos Antigos Alunos Casapianos (AAAC), pela sua confiança e colaboração contínua. Um abraço Casapiano simboliza a nossa estima e reconhecimento pelo papel insubstituível que cada um desempenha na nossa comunidade.

Somos igualmente gratos a todos os nossos trabalhadores e fornecedores parceiros, cujo empenho e dedicação tornam possível a excelência dos serviços prestados. E, sobretudo, agradecemos aos residentes, utentes e suas famílias, pela confiança depositada e por nos permitirem acompanhar, diariamente, o seu percurso de vida com dignidade, cuidado e atenção. O sucesso da ACS é fruto de uma rede sólida de confiança, colaboração e partilha, na qual cada membro da comunidade tem um papel vital no fortalecimento do nosso compromisso social e humano.



VII. Ata da Direção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

ACTA Nº 382 DA REUNIÃO DE DIRECÇÃO

A 09 de Março de 2026, pelas 14,30 horas, realizou-se a reunião da Direção para apresentação e aprovação do Relatório e Contas de 2025;.....

Estiveram presentes os senhores Luís Figueiredo, Presidente, Leonel Vicente, Nuno Carrilho, Luís Reis e José Serafim, Vogais, como membros efetivos da Direção;.....

1 – Reunião com o Conselho Fiscal;.....

A Direção da ACS, como habitual, reuniu com o Conselho Fiscal para que fossem prestados os devidos esclarecimentos relativos às contas, bem como, a apreciação geral do exercício de 2025. Foram prestadas todas as informações, e respondidas todas as questões, solicitadas pelos membros do Conselho Fiscal;.....

2 - Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2025;.....

Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025. Após aprovação, o referido relatório será publicado e disponibilizado aos associados e demais interessados através dos meios de comunicação existentes (site ACS – www.acasapiana.com). O Relatório e Contas do exercício de 2025 será apresentado e discutido na Assembleia Geral Ordinária da ACS que se realiza no próximo dia 31 de Março de 2026;.....

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada a reunião de que se lavrou esta ata, a qual vai ser assinada pelos presentes;.....

O Presidente _____
(Luís Filipe da Silva Figueiredo)

O Vogal _____
(Leonel Luís dos Santos Vicente)

O Vogal _____
(Nuno Miguel Faria Carrilho)

O Vogal _____
(Luís Manuel Gonçalves Reis)

O Vogal _____
(José António dos Santos Serafim)



VIII. Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2025

Este é o Relatório da atividade do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direção, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Relatório

O Conselho foi periodicamente informado do desenvolvimento das ações da Direção, durante o exercício de 2025, permitindo-lhe considerar informativo e elucidativo o Relatório de atividades da Direção apresentado para apreciação.

No desempenho das suas funções o Conselho apreciou as contas do exercício de 2025, que lhe foram apresentadas pela Direção e considera-as em boa ordem e espelhando a situação financeira da Associação.

Dado o exposto, o Conselho Fiscal formula o seguinte:

Parecer

1. Que sejam aprovados o Relatório e as Contas de exercício de 2025 nos termos apresentados pela Direção.
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Direção pela qualidade que tem conseguido imprimir à sua atividade.

Lisboa, 09 de Março de 2026

O Presidente _____ (Henrique Manuel Fonseca)

O Vogal _____ (Tiago Filipe Gonçalves Serra Silva Figueiredo)

O Vogal _____ (Manuel António Marques Chen)

IX. Relatório de Gestão do ano 2025

O ano de 2025 foi um ano desafiante e com algumas dificuldades financeiras. No entanto, e através de uma gestão rigorosa e com elevado nível de exigência, foi possível manter uma prestação de serviços eficaz e eficiente.

A gestão cuidadosa das diversas rúbricas existentes permitiu a redução de algumas despesas e a otimização de custos, contribuindo para um melhor funcionamento da instituição.

1. Administração e Gestão

A gestão e a administração dos recursos materiais e humanos nas duas respostas sociais da ACS foram realizadas de forma exigente e ponderada.

No ano de 2025, conseguiu-se atingir plenamente os seguintes objetivos:

- Reduzir o défice de formação;
- Implementar ações de formação e capacitação consideradas necessárias e adequadas para garantir a qualidade e o desenvolvimento humano e profissional dos funcionários da instituição.

Ao longo do ano, a direção, os responsáveis das áreas e os trabalhadores conseguiram disponibilizar as condições necessárias para o funcionamento das respostas sociais - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Centro de Dia - Núcleo de Convívio e Partilha (CD/NCP) - que atingiram um crescimento exponencial no que à sua capacidade diz respeito.

1.1 Recursos Financeiros e Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, a melhoria contínua do funcionamento e atuação da ACS, é e sempre será um objetivo corrente e permanente. Existem objetivos cuja sua concretização vem sendo adiada, outros que serão sempre integrantes dos principais objetivos de atuação da instituição e, felizmente, outros que já se encontram concluídos. Desta forma, salientam-se os seguintes projetos:

- Fortalecer a resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- Consolidação da resposta social Núcleo de Convívio e Partilha (NCP);
- Construção da nova lavandaria, Casa Mortuária e renovação de outros equipamentos;
- Projeto - RACD - Residência para Adultos com Deficiência;
- Construção do Jardim e Zona Verde de Lazer.

Dada a sua importância para a instituição, foram efetuadas várias candidaturas aos programas de apoio do Governo. Das candidaturas submetidas, conseguimos a aprovação de um programa do PRR para aquisição de uma viatura 100% elétrica, tipologia 4, com 9 lugares. A viatura encontra-se em fase de homologação no IMT uma vez que foi adaptada para transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

1.2 Investimentos, gestão e manutenção de património

É inevitável que não se fale naquele que é um dos objetivos de fundo no que diz respeito à estrutura da instituição – a sua sustentabilidade financeira, objetivo esse que tem vindo a ser protelado para os exercícios seguintes.

O principal obstáculo tem sido a dificuldade na obtenção de soluções geradoras de receitas, para além daquelas que são as decorrentes da nossa prestação de serviços. As receitas inerentes à nossa prestação de serviços, considerando a estrutura da instituição, quadro de funcionários, despesas de funcionamento e demais encargos financeiros, sociais e fiscais, revelam-se insuficientes para garantir a sustentabilidade financeira, apenas colmatados por receitas extraordinárias que, em conjunto com as receitas decorrentes da nossa atividade e uma cuidada e rigorosa contenção de custos, possibilitaram o equilíbrio e a autonomia da instituição no decorrer do ano de 2025.

Adicionalmente, e impactando um enorme esforço financeiro para a instituição, recorreu-se a um financiamento bancário para que fosse possível edificar a nova lavandaria da instituição, bem como a casa mortuária e a requalificação de uma sala no piso -1 da instituição que se destina a residentes com um maior grau de dependência e onde aqui têm um tratamento personalizado e ajustado às necessidades individuais. Os três projetos mencionados encontram-se concluídos e totalmente equipados o que, entre outras coisas, possibilitou uma melhoria significativa do funcionamento e da eficácia destes serviços.

1.3 Recursos Humanos

O quadro de funcionários da ACS foi cuidadosamente ajustado às reais necessidades da instituição, mantendo-se em 2025 profissionais qualificados e especializados nas áreas de intervenção, nomeadamente:

- Gerontologia
- Psicologia
- Medicina
- Enfermagem
- Fisioterapia
- Serviço Social
- Animação sociocultural
- Outras áreas essenciais

Estes profissionais, com dedicação e empenho, garantem um serviço qualificado, personalizado e ajustado a cada residente e utente.

Independentemente das dificuldades financeiras ocasionais, a instituição reconhece a importância de manter equipas multidisciplinares competentes, capazes de assegurar uma prestação de serviços de excelência.

Para reforçar estas competências, ao longo de 2025, foram ministradas diversas formações utilizando, para o efeito, o resgate do fundo de garantia. Tal feito permitiu a capacitação dos profissionais com novas técnicas e saberes que contribuem para enriquecer o serviço prestado e valorizar continuamente o cuidado oferecido aos nossos utentes.

1.4 Relação com os Associados

Durante o ano de 2025, a relação com os Associados da Associação Casapiana de Solidariedade manteve-se assente nos princípios de interajuda, proximidade, confiança e transparência, reforçando o sentimento de pertença e contribuindo para a consolidação e dinamização da base associativa.

A comunicação institucional continuou a assumir um papel central na estratégia de aproximação aos Associados. O Boletim "ECOS", enquanto instrumento privilegiado de partilha interna, manteve a sua periodicidade regular, promovendo uma maior ligação entre a Instituição e os seus membros. Através deste meio, foi possível dar a conhecer o quotidiano das respostas sociais da Associação, as atividades desenvolvidas e os principais acontecimentos institucionais, contando com a participação ativa de colaboradores, residentes e familiares, que partilham testemunhos e experiências.

Paralelamente, a Newsletter institucional continuou a ser enviada por via eletrónica a todos os Associados, reforçando a comunicação direta e imediata. De acesso gratuito, encontra-se igualmente disponível para consulta no site oficial da Associação.

Os canais de comunicação implementados e dinamizados têm contribuído para uma maior visibilidade institucional, permitindo divulgar de forma clara e transparente a missão, os serviços e o impacto social da Associação. Esta estratégia tem favorecido uma maior abertura ao exterior, estimulando o interesse de novos Associados e fortalecendo o reconhecimento da Associação Casapiana junto da comunidade.

1.5 Relação com o exterior

A relação da ACS com o exterior foi mantida e fortalecida através dos principais canais de comunicação institucional, incluindo o site, o Boletim Ecos, a Newsletter e as redes sociais, assegurando uma presença consistente e transparente junto da comunidade. Não obstante da importância de todas as redes sociais que a instituição utiliza, destaca-se em 2025 a renovação do nosso site, www.acasapiana.com, que ganhou uma nova imagem utilizando uma plataforma diferente daquela que era utilizada e que permite também uma aproximação e relação com o exterior.

A proximidade com a comunidade Casapiana foi reforçada por meio da colaboração contínua com o jornal O Casapiano, consolidando a visibilidade e o envolvimento local da instituição.



No plano institucional, mantivemos relações sólidas com entidades externas estratégicas, como o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, órgão tutelar das respostas sociais, e com a Casa Pia de Lisboa (CPL), através do seu Conselho Diretivo, presidido pela Senhora Dra. Fátima Matos, garantindo a continuidade das relações institucionais e da colaboração mútua.

Além disso, ao longo do ano, preservamos o contacto e a cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e diversas instituições da comunidade, incluindo a Junta de Freguesia de Benfica, a Polícia de Segurança Pública (PSP), paróquias, escolas e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Os esforços da ACS para fortalecer estas conexões refletiram-se também no desenvolvimento de estágios curriculares e não curriculares em parceria com entidades como a CPL, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx), a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, a Universidade Católica Portuguesa, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), a Universidade Europeia, a AFID e o ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, promovendo formação prática e colaboração académica.

1.6 Animação Sociocultural e Atividades

A área de Animação Sociocultural constitui um dos pilares fundamentais da intervenção desenvolvida nas respostas sociais da Associação Casapiana de Solidariedade. Esta assume um papel determinante na promoção do bem-estar, na participação ativa e na qualidade de vida dos residentes e utentes. A programação das atividades é estruturada de forma sistemática, tendo por base os interesses, capacidades e necessidades individuais e coletivas dos residentes e utentes, procurando promover o envelhecimento ativo, a manutenção das capacidades funcionais e o reforço das relações sociais.

No âmbito da animação sociocultural, são dinamizadas diversas atividades lúdico-recreativas, com particular destaque para a comemoração de festividades ao longo do ano civil, nomeadamente datas tradicionais (Dia de Reis, Carnaval, Dia dos Afetos, Dia da Mulher, Páscoa, Santos Populares, Dia de São Martinho, Natal, entre outros), celebrações de carácter cultural e institucional (Aniversário da ACS, Festa de Aniversário dos residentes, entre outros).

Estas iniciativas são complementadas com a realização de encontros temáticos, que proporcionam momentos de convívio, partilha e valorização das experiências de vida dos residentes e utentes, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertença e identidade. A instituição promove igualmente parcerias com estabelecimentos de ensino, designadamente escolas e universidades, fomentando a realização de atividades intergeracionais e projetos colaborativos. Estas iniciativas assumem particular relevância na promoção da interação social, na valorização do papel dos idosos na comunidade e no estímulo à participação ativa dos residentes e utentes em dinâmicas de carácter educativo, cultural e social.

No domínio das artes plásticas, são desenvolvidos ateliês e atividades de expressão artística, incluindo pintura, desenho e trabalhos manuais, que visam estimular a criatividade, a motricidade



finalidade e a capacidade de expressão individual. Estas atividades constituem também um importante instrumento de promoção da autoestima, do bem-estar emocional e da ocupação significativa do tempo.

Paralelamente, são implementadas dinâmicas e jogos de estimulação cognitiva, orientados para a manutenção e desenvolvimento de competências como a memória, a atenção, a concentração, o raciocínio lógico e a orientação temporal e espacial. Estas atividades são estruturadas de forma lúdica e adaptadas ao nível de funcionalidade dos residentes e utentes, contribuindo para a estimulação mental.

O plano mensal de atividades inclui ainda sessões de dança e movimento, que integram componentes de atividade física adaptada, coordenação motora e expressão corporal. Para além dos benefícios ao nível da mobilidade e da condição física, estas sessões promovem igualmente o convívio, a interação social e o bem-estar emocional dos residentes e utentes.

Realizam-se ainda saídas ao exterior que assumem uma dimensão relevante no plano de atividades, permitindo manter a ligação dos residentes e utentes à comunidade envolvente e proporcionando experiências diferenciadas fora do contexto institucional. Destaca-se, neste âmbito, a dinamização do Projeto Praia & Cultura, que contempla deslocações à praia, promovendo momentos de lazer, contato com a natureza e estímulos sensoriais diversificados.

Adicionalmente, são organizadas visitas a espaços culturais e locais de interesse, bem como idas ao cinema, teatro e outras iniciativas culturais, selecionadas de acordo com os interesses manifestados. Estas atividades contribuem para o enriquecimento cultural, para a diversificação de experiências e para o reforço da participação social.

De forma global, a intervenção desenvolvida na área da Animação Sociocultural procura assegurar uma resposta estruturada, diversificada e centrada na pessoa, promovendo a participação ativa dos residentes e utentes na vida institucional, contribuindo para a manutenção da sua autonomia, dignidade e qualidade de vida.

2. Objetivos Estratégicos

No ano de 2025, todos os objetivos delineados no Programa de Ação e Orçamento foram plenamente alcançados, tendo sido ainda aprimorados em diversas áreas estratégicas. Entre as principais realizações destacam-se:

1. Angariação de novos sócios;
2. Admissão de novos residentes e utentes;
3. Promoção da melhoria contínua dos serviços prestados e inovação na criação de novos serviços;
4. Aperfeiçoamento da satisfação dos residentes, utentes e respetivas famílias;
5. Fortalecimento da relação com os associados;
6. Desenvolvimento do plano de comunicação e marketing;
7. Valorização dos recursos humanos;
8. Aumento da eficiência e eficácia na gestão de compras;

9. Melhoria das condições dos equipamentos e das instalações;
10. Reforço da ligação da instituição com a comunidade envolvente;
11. Incremento das receitas extraordinárias.

Estas ações demonstram o compromisso da ACS em não apenas cumprir os objetivos estabelecidos, mas também em superar as expectativas, promovendo o desenvolvimento institucional, a excelência dos serviços prestados e a sustentabilidade financeira.

Em 2025, reforçou-se a criação de salas e espaços adaptados às necessidades individuais, permitindo que cada residente usufrua de um ambiente seguro, acolhedor e adequado às suas necessidades físicas, cognitivas e emocionais. Estes espaços foram cuidadosamente planeados para responder às diferentes capacidades e comorbilidades, assegurando conforto, acessibilidade e estímulos adequados a cada pessoa idosa.

Paralelamente, a ACS reafirmou o seu papel ativo na comunidade, evidenciando que uma IPSS não apenas recebe apoio, mas também contribui para a vida social e cultural da população envolvente. A relação com o exterior manteve-se sustentada por uma estratégia de comunicação ativa e uma política de cooperação institucional consolidada, assegurando proximidade, transparência e envolvimento com diferentes públicos.

No âmbito do reforço da sua missão de promoção do conhecimento e da participação comunitária, a ACS inaugurou, em 2025, o projeto “**Encontros com Sabedoria**”, uma iniciativa de carácter formativo e de proximidade à comunidade. Este projeto consiste na realização de sessões mensais dedicadas a diferentes temáticas de interesse social, educativo e cultural, nos quais participam especialistas convidados que promovem a reflexão, a partilha de conhecimento e o debate com os participantes.

Os “Encontros com Sabedoria” assumem-se como um espaço de diálogo aberto e qualificado, contribuindo para a disseminação de informação relevante, o estímulo ao pensamento crítico e o fortalecimento das redes de colaboração entre a instituição, a comunidade e outras entidades parceiras. A iniciativa reforça, assim, o compromisso da ACS com a valorização do saber, a capacitação dos cidadãos e a promoção de uma comunidade mais informada, participativa e interligada.

Paralelamente, esta iniciativa enquadra-se na estratégia institucional de aproximação à comunidade e de dinamização de parcerias, consolidando o papel da ACS como agente ativo na promoção do desenvolvimento social, cultural e formativo do território.

Os principais meios de divulgação — site institucional, Boletim “ECOS”, Newsletter e redes sociais, continuam a ser canais privilegiados de ligação à comunidade, promovendo informação e participação ativa.

A presença ativa na comunidade, aliada à criação de espaços adaptados e atividades personalizadas, reforça o compromisso da ACS em proporcionar qualidade de vida, equilíbrio emocional e dignidade a cada residente, enquanto se mantém um elemento vivo, contributivo e enriquecedor da sociedade em que está inserida.



Dentro dos seus fins e atividades principais, a Associação continuou a apoiar outras instituições, como:

- Associação Dom Maior: disponibilização semanal da piscina da ACS para atividades terapêuticas e cedência da carrinha para a colónia de férias;
- Colégio da Casa Pia de Lisboa, Instituto Jacob Rodrigues Pereira: disponibilização semanal da piscina da ACS para atividades terapêuticas e cedência da carrinha para transporte dos jovens;
- Colégio da Casa Pia de Lisboa, Aurélio Costa Ferreira: realização de atividades semanais no âmbito do desporto com os residentes e utentes da ACS;
- Rugby Adaptado, Casa Pia Atlético Clube: cedência da carrinha da ACS para transporte de material e dos atletas;
- Fisioterapia, Casa Pia Atlético Clube: cedência da piscina da ACS para tratamento/recuperação dos seus atletas;
- Casa Pia Atlético Clube: cedência das carrinhas para as viagens dos associados e Casapianos para assistir aos jogos do CPAC;
- Associação de Antigos Alunos Casapianos (AAAC): cedência da carrinha da ACS para acompanhamento na peregrinação a Fátima, bem como disponibilização de alimentação e recursos humanos;
- Apoio alimentar: doação diária de refeições a jovens alunos casapianos.

A atuação da Associação no exterior pauta-se por uma abordagem humanizada, centrada na dignidade da pessoa, assegurando que os residentes e familiares das instituições apoiadas recebem acompanhamento próximo, com especial atenção ao seu bem-estar físico, emocional e social.

Cada estratégia de intervenção ficou a cargo de um ou mais responsáveis pelo seu desenvolvimento que garantiu o planeamento e as atividades realizadas através de metas estabelecidas para esse efeito. As atividades desenvolvidas tiveram em consideração os objetivos estruturantes e operacionais, e foram avaliadas por um indicador de medida específico e monitorizadas pela Diretora Geral.

Grandes resultados vêm do compromisso, da inovação e da perseverança. Que este ano sirva como um passo a mais rumo ao sucesso. (Jocelina Santos – Diretora Geral)



X. Considerações Finais

As contas apresentadas à aprovação da Assembleia Geral traduzem a situação financeira e contabilística da ACS. O aspeto mais relevante, é que a operação corrente da ACS depende de proveitos correntes, ou seja, da sua atividade principal. Esta evolução significa que se avançou, de forma relevante, na garantia da sustentabilidade económica e financeira, primeira determinante da autonomia na atuação e intervenção da ACS – o objetivo primordial estabelecido para a operação de 2025.

O ano de 2025 foi um ano de ascensão e de coesão em todas as áreas de intervenção da instituição.

A comunidade Casapiana ergueu e mantém uma obra que a todos nos orgulha.

Associação Casapiana de Solidariedade, 9 de março de 2026

A Direção:

Luís Filipe da Silva Figueiredo _____

Leonel Luís dos Santos Vicente _____

Nuno Miguel Faria Carrilho _____

Luís Manuel Gonçalves Reis _____

José António dos Santos Serafim _____



ANEXO



Anexo 1
Contas 2025

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração Fluxos Caixa	6
Anexo	
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Investimentos	
5.1. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	12
5.1.1 Bens do domínio público	12
5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural	12
5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis	13
5.1.4 Propriedades de investimento	14
6. Ativos intangíveis	14
7. Financiamentos obtidos	15
8. Custos dos financiamentos obtidos	16
9. Inventários	16
10. Rendimentos	16
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12. Subsídios, doações e legados à exploração	17
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14. Imposto sobre o rendimento	17
15. Benefícios dos empregados	17
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17. Outras informações	

17.1. Investimentos financeiros	18
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
17.3. Créditos a receber	18
17.4. Outros ativos correntes	19
17.5. Diferimentos	19
17.6. Caixa e depósitos bancários	19
17.7. Fundos patrimoniais	20
17.8. Fornecedores	20
17.9. Estado e outros entes públicos	21
17.10. Outros passivos correntes	21
17.11. Fornecimentos e serviços externos	22
17.12. Outros rendimentos	23
17.13. Outros gastos	23
17.14. Resultados financeiros	23
17.15. Informações genéricas	24
17.16. Acontecimentos após a data do balanço	24

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

BALANÇO
dezembro 2025

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5.1.3+5.1.4	4 277 007,38	4 024 061,77
Bens do património histórico e cultural.....			
Activos intangíveis.....			
Investimentos financeiros.....	17.1	463,95	14 522,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Outros crédito e ativos não correntes.....			
		4 277 471,33	4 038 584,05
Activo corrente:			
Inventários.....			
Créditos a receber.....	17.3	78 724,38	37 055,28
Estado e outros entes públicos.....	17.9	15 575,01	17 271,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	17.2	114 394,11	94 909,85
Diferimentos.....	17.5	8 733,42	8 980,29
Outros activos correntes.....	17.4	55 777,47	17 838,13
Caixa e depósitos bancários.....	17.6	81 938,12	261 985,02
		355 142,51	438 040,17
Total do activo		4 632 613,84	4 476 624,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		3 869,82	3 869,82
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....			
Resultados transitados.....		-125 876,67	-332 035,23
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		2 843 975,48	2 932 475,42
Subsídios ao investimento		2 757 645,58	2 846 145,52
Doações		86 329,90	86 329,90
Outras variações			
		2 721 968,63	2 604 310,01
Resultado líquido do período.....		-52 600,04	206 158,56
Total dos fundos patrimoniais	17.7	2 669 368,59	2 810 468,57
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Provisões específicas.....			
Financiamentos obtidos.....	7+8	502 620,82	723 620,77
Outras dívidas a pagar.....			
		502 620,82	723 620,77
Passivo corrente			
Fornecedores.....	17.8	311 944,29	195 735,53
Estado e outros entes públicos.....	17.9	59 497,52	28 632,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Financiamentos obtidos.....	7+8	340 565,17	283 279,65
Diferimentos.....	17.5	40 273,50	1 771,00
Outros passivos correntes.....	17.10	708 343,95	433 115,92
		1 460 624,43	942 534,88
Total do passivo		1 963 245,25	1 666 155,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 632 613,84	4 476 624,22

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO				
		PERÍODOS		2025		
		2025	2024	LAR	CENTRO DIA	ACS SEDE
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados.....	10	2 565 629,12	2 171 389,61	2 411 285,13	97 548,99	56 795,00
Vendas				0,00	0,00	0,00
Serviços Prestados		2 565 629,12	2 171 389,61	2 411 285,13	97 548,99	56 795,00
Quotizações e Joias		56 795,00	50 510,50	0,00	0,00	56 795,00
Serviços prestados - Particulares		1 889 554,65	1 623 483,65	1 801 964,73	87 589,92	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		-493 052,65	382 948,13	493 052,65	0,00	0,00
ISS, IP		493 052,65	382 948,13	493 052,65	0,00	0,00
Outras entidades públicas				0,00	0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		126 226,82	114 447,33	116 267,75	9 959,07	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração.....	10;12	114 355,89	480 728,76	6 539,97	0,00	107 815,92
ISS, IP - Centros Distritais				0,00	0,00	0,00
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários				0,00	0,00	0,00
Outras entidades publicas		17 270,05	21 587,06	6 539,97	0,00	10 730,08
Subsídios outras entidades		31 637,72	25 084,60	0,00	0,00	31 637,72
Doações e heranças		65 448,12	434 057,10	0,00	0,00	65 448,12
Variação nos inventários da produção.....						
Trabalhos para a própria entidade.....				0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....						
Fornecimentos e serviços externos.....	17.11	-1 209 452,12	-1 019 798,67	-1 161 830,86	-34 474,65	-13 146,61
Gastos com o pessoal.....	15	-1 458 995,98	-1 266 776,33	-1 384 337,24	-45 683,80	-28 974,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....						
Provisões específicas (aumentos/reduções).....						
Outras imparidades (perdas/reversões).....						
Aumentos/reduções de justo valor.....				0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos.....	10;17.12	173 418,00	117 002,32	127 308,09	7 729,58	36 380,33
Correções relativas a anos anteriores		56 466,07	8 089,25	19 276,95	236,18	36 950,94
Correções positivas de participações do ISS, IP			7 861,98	0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		56 466,07	227,27	19 276,95	236,18	36 950,94
Imputação de subsídios ao investimento		88 499,94	88 489,84	84 075,06	4 424,88	0,00
Outros rendimentos		28 451,99	20 413,13	23 954,08	3 068,52	1 429,39
Outros gastos.....	17.13	-58 042,71	-68 963,77	-1 951,27	-90,31	-56 001,13
Correções relativas a anos anteriores		-45,29	-4 615,07	-45,11	-0,11	-0,07
Correções negativas de participações do ISS, IP			-39,50	0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-45,29	-4 575,57	-45,11	-0,11	-0,07
Outros gastos		-57 997,42	-64 348,70	-1 906,16	-90,20	-56 001,06
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		126 912,20	413 581,92	-2 986,18	25 029,81	104 868,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5;6	-151 518,87	-169 669,06	-143 886,16	-6 906,11	-726,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-24 606,67	243 912,86	-146 872,34	18 123,70	104 141,97
Juros e rendimentos similares obtidos.....				0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....	17.15	-27 983,37	-37 754,30	-26 593,74	-839,74	-559,89
Resultado antes de impostos		-52 600,04	206 158,56	-173 466,08	17 283,96	103 582,08
Imposto sobre o rendimento do período.....						
Resultado líquido do período		-52 600,04	206 158,56	-173 466,08	17 283,96	103 582,08

O Contabilista Certificado 12501

A Direção

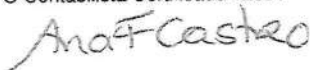
Ana F Castro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2 167 288,05	1 994 054,30
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-1 539 199,36	-1 213 030,96
Pagamentos ao pessoal		-853 449,35	-808 243,91
Caixa gerada pelas operações		-225 360,66	-27 220,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		186 489,62	-78 125,45
Outros recebimentos/pagamentos		-38 871,04	-105 346,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-51 066,18	-12 205,22
Activos fixos tangíveis		-51 066,18	-12 205,22
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:		37 200,00	1 200,00
Activos fixos tangíveis		3 000,00	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		6 200,00	1 200,00
Subsídios ao investimento		28 000,00	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-13 866,18	-11 005,22
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		1 604 398,12	974 647,28
Financiamentos obtidos		1 540 000,00	550 000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		64 398,12	422 926,69
Outras operações de financiamento			1 720,59
Pagamentos respeitantes a:		-1 731 707,80	-605 078,79
Financiamentos obtidos		-1 703 714,43	-567 324,49
Juros e gastos similares		-27 993,37	-37 754,30
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-127 309,68	369 568,49
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		-180 046,90	253 217,25
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		261 985,02	8 767,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		81 938,12	261 985,02

O Contabilista Certificado 12501

A Direcção



Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Casapiana de Solidariedade, contribuinte n.º 503 109 487, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua António Pinho n.º 6, 6A, 6B e 6C, Parque de Monsanto, 1500-661 Lisboa e registada pela inscrição n.º 26/94, a fl. 182 v.º do livro n.º 5 das associações de solidariedade social em 19 de junho de 1993. Tem como actividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (Ni).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores /doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros activos correntes”, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.

As quotas, quando aplicável, são reconhecidas no ano a que correspondem.

Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.15. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.



3.2.16. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos, exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, inicialmente em Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados em rendimentos do próprio período de acordo com a depreciação do activo afecto ao investimento.

3.2.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.18. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela Entidade foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração
- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

5.1 Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

5.1.1 Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui nem usufrui de quaisquer bens do património histórico, artístico ou cultural.

5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Regularizações	Saldo 31-12-2025
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	6 071 298,93	0,00	0,00	0,00	0,00	6 071 298,93
Equipamento Básico	413 875,40	18 721,66	0,00	-572,74	0,00	432 024,32
Equipamento Transporte	135 036,70	0,00	-22 680,01	0,00	0,00	112 356,69
Equipamento Administrativo	203 151,97	2 740,30	0,00	572,74	0,00	206 465,01
Outros Activos Fixos Tangíveis	145 172,12	0,00	0,00	0,00	0,00	145 172,12
Activos Fixos Tangíveis em curso	63 007,81	377 019,03	0,00	0,00	0,00	440 026,84
Total	7 031 542,93	398 480,99	-22 680,01	0,00	0,00	7 407 343,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 297 353,93	122 844,18	0,00	0,00	-426,24	2 419 771,87
Equipamento Básico	373 353,09	20 779,47	0,00	0,00	-2 322,36	391 810,20
Equipamento Transporte	135 036,70	0,00	-22 680,01	0,00	0,00	112 356,69
Equipamento Administrativo	194 912,97	5 924,73	0,00	0,00	-3 359,08	197 478,62
Outros Activos Fixos Tangíveis	41 701,17	1 243,89	0,00	0,00	124,19	43 069,25
Total	3 042 357,86	150 792,27	-22 680,01	0,00	-5 983,49	3 164 486,63
						VL 4 242 857,28

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2024
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 959 137,63	0,00	0,00	112 161,30	0,00	6 071 298,93
Equipamento Básico	412 370,54	1 504,86	0,00	0,00	0,00	413 875,40
Equipamento Transporte	135 036,70	0,00	0,00	0,00	0,00	135 036,70
Equipamento Administrativo	196 153,84	9 335,13	-2 337,00	0,00	0,00	203 151,97
Outros Activos Fixos Tangíveis	136 832,12	8 340,00	0,00	0,00	0,00	145 172,12
Activos Fixos Tangíveis em curso	96 881,24	78 287,87	0,00	-112 161,30	0,00	63 007,81
Total	6 936 412,07	97 467,86	-2 337,00	0,00	0,00	7 031 542,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 174 509,75	122 844,18	0,00	0,00	0,00	2 297 353,93
Equipamento Básico	343 324,16	30 028,93	0,00	0,00	0,00	373 353,09
Equipamento Transporte	135 036,70	0,00	0,00	0,00	0,00	135 036,70
Equipamento Administrativo	191 271,82	5 978,15	-2 337,00	0,00	0,00	194 912,97
Outros Activos Fixos Tangíveis	31 609,97	10 091,20	0,00	0,00	0,00	41 701,17
Total	2 875 752,40	168 942,46	-2 337,00	0,00	0,00	3 042 357,86
						VL 3 989 185,07

5.1.4 Propriedades de investimento/Ativos fixos tangíveis doados

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2025
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	36 329,90	0,00	0,00	0,00	0,00	36 329,90
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	36 329,90	0,00	0,00	0,00	0,00	36 329,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 453,20	726,60	0,00	0,00	0,00	2 179,80
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 453,20	726,60	0,00	0,00	0,00	2 179,80
					VL	34 150,10

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2024
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	36 329,90	0,00	0,00	0,00	0,00	36 329,90
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	36 329,90	0,00	0,00	0,00	0,00	36 329,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	726,60	726,60	0,00	0,00	0,00	1 453,20
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	726,60	726,60	0,00	0,00	0,00	1 453,20
					VL	34 876,70

6. Ativos Intangíveis

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2025
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2024
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Locações

A Entidade não detém quaisquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

Empréstimos

Designação	2025			2024		
	Início período	Prestações pagas	Fim período	Início período	Prestações pagas	Fim período
BANCO MG nº 185-36.100069-7	451 344,84	117 158,40	334 186,44	565 336,01	113 991,17	451 344,84
BANCO MG nº 000 37.000308-9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	255 555,58	133 333,32	122 222,26	388 888,90	133 333,32	255 555,58
BANCO MG nº 000-36.101314-7	300 000,00	33 222,71	266 777,29	300 000,00	0,00	300 000,00
BANCO MG nº 000-36.101433-5	0,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 006 900,42	283 714,43	793 185,99	1 254 224,91	247 324,49	1 006 900,42

Designação	Pagamento 1ª Prestação	Período	Montante	Capital em dívida		
				n/Corrente	Corrente	Total
BANCO MG nº 185-36.100069-7	01-11-2018	40 meses	1 200 000,00	213 772,84	120 413,60	334 186,44
BANCO MG nº 000 37.000308-9	15-05-2020	Linha crédito	250 000,00	0,00	0,00	0,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	27-12-2020	72 meses	500 000,00	0,00	122 222,26	122 222,26
BANCO MG nº 000-36.101314-7	07-06-2024	102 meses	300 000,00	232 089,36	34 687,93	266 777,29
BANCO MG nº 000-36.101433-5	10-01-2026	60 meses	70 000,00	56 758,62	13 241,38	70 000,00
Total			2 320 000,00	502 620,82	290 565,17	793 185,99

Financiamentos de curto prazo

Designação	2025	2024
BANCO MG nº 000 37.000308-9	50 000,00	0,00
(Conta caucionada)	0,00	0,00
	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total	50 000,00	0,00

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2025 de 2024 a Entidade registou os seguintes encargos com financiamentos obtidos:

Designação	2025	2024
Juros Suportados	27 993,37	37 754,30
De financiamentos obtidos	27 993,37	37 754,30
Locações Financeiras	0,00	0,00
Outros Financiamentos	27 993,37	37 754,30
Outros Juros	0,00	0,00
Total	27 993,37	37 754,30

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 a Entidade não detinha "Inventários".

10. Rendimentos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Designação	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	2 565 629,12	2 171 389,61
Quotas dos utilizadores	1 889 554,65	1 623 483,65
Utentes IPSS-Comparticipação ISS, IP	493 052,65	382 948,13
Quotizações e Joias	56 795,00	50 510,50
Utentes e comunidade	126 226,82	114 447,33
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00
Subsídios, doações e outros	114 355,89	480 728,76
Subsídios das Entidades Públicas	17 270,05	21 587,06
Subsídios de outras entidades	31 637,72	25 084,60
Doações e heranças	65 448,12	434 057,10
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	173 418,00	117 002,32
Juros, dividendos e outros	0,00	0,00
Total	2 853 403,01	2 769 120,69

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2025 não ocorreram variações relativas a provisões.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha, nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração", registados os seguintes montantes:

Designação	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	63 275,44	50 169,20
Instituto da Segurança Social	0,00	0,00
Outros Subsídios	0,00	0,00
Autarquias	0,00	0,00
Camara Municipal de Lisboa	0,00	0,00
IEFP	17 270,05	21 587,06
Outras Entidades	31 637,72	25 084,60
Provedoria Casa Pia de Lisboa	31 637,72	25 084,60
Doações e heranças	65 448,12	434 057,10
Total	114 355,89	480 728,76

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos períodos de 2025 e 2024, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado imposto retido na fonte por terceiros. A entidade encontra-se isenta de IRC com base no artigo 10º do CIRC.

15. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2025	2024
Remunerações	1 134 632,91	989 695,28
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	1 134 632,91	989 695,28
Indemnizações	2 216,71	5 030,74
Encargos sobre Remunerações	251 424,07	219 251,29
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	251 424,07	219 251,29
Seguro de A. de Trabalho	22 425,21	18 120,24
Gastos de Acção Social	39 726,66	27 914,04
Outros Gastos com o Pessoal	8 570,42	6 764,74
Total	1 458 995,98	1 266 776,33

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Entidade não dispõe nem é obrigada a dispor de Revisor Oficial de Contas.

17. Outras Informações

17.1. Investimentos Financeiros

No período de 2025 e 2024 a Entidade, de acordo com o estabelecido por lei para o Fundo de Compensação do Trabalhador (FCT) e para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS), detinha os seguintes movimentos na rubrica de "Investimentos Financeiros":

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2025
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	14 058,33	0,00	0,00	-14 058,33	0,00
Total	14 522,28	0,00	0,00	-14 058,33	463,95

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2024
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	14 058,33	0,00	0,00	0,00	14 058,33
Total	14 522,28	0,00	0,00	0,00	14 522,28

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos nas contas em referência:

Designação	2025	2024
Ativo		
Doadores em curso	0,00	0,00
Quotas	114 394,11	94 909,85
Total	114 394,11	94 909,85

17.3. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Créditos a receber" registavam os seguintes saldos:

Designação	2025	2024
Cientes c/c	100,00	100,00
Utentes c/c	78 624,38	36 955,28
Utentes cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	78 724,38	37 055,28

17.4. Outros activos correntes

A rubrica "Outros activos correntes" registava, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os seguintes valores:

Designação	2025	2024
Fornecedores	39 859,79	11 015,88
Adiantamentos a Fornecedores	7 013,34	4 250,82
Adiantam.a Fornecedores de Investimento	32 846,45	6 765,06
Pessoal	0,00	72,98
Adiantamentos ao pessoal	0,00	72,98
Outras operações com pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00
Outros devedores	15 917,68	6 749,27
Entidades do Estado	12 483,41	483,41
ISS	12 483,41	483,41
Outros	3 434,27	6 265,86
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	55 777,47	17 838,13

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" registava os seguintes saldos:

Designação	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	8 733,42	8 980,29
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
Total	8 733,42	8 980,29
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	273,50	1 771,00
Subsídios à exploração	40 000,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	40 273,50	1 771,00

17.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, registava os seguintes saldos:

Designação	2025	2024
Caixa	664,50	349,30
Depósitos à ordem	81 273,62	261 635,72
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	81 938,12	261 985,02

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-01-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2025
Fundos	3 869,82	0,00	0,00	3 869,82
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-332 035,23	206 158,56	0,00	-125 876,67
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 932 475,42	0,00	-88 499,94	2 843 975,48
Subsídios Investimento	2 846 145,52	0,00	-88 499,94	2 757 645,58
Valor de 2024	2 846 145,52	0,00	0,00	2 846 145,52
Imputação de subsídios	0,00	0,00	-88 499,94	-88 499,94
ISS	0,00	0,00	-26 746,05	-26 746,05
FEDER	0,00	0,00	-35 371,95	-35 371,95
Fundação Montepio	0,00	0,00	-200,00	-200,00
Da comunidade/Donativos	0,00	0,00	-26 181,94	-26 181,94
Doações	86 329,90	0,00	0,00	86 329,90
Resultado líquido do período	206 158,56	0,00	-258 758,60	-52 600,04
Total	2 810 468,57	206 158,56	-347 258,54	2 669 368,59

Os aumentos resultam da integração em resultados transitados do resultado líquido de 2024 no valor de €206.158,56.

As diminuições resultam da imputação dos subsídios ao investimento no valor de €88.499,94.

17.8. Fornecedores

Os saldos das rubricas de "Fornecedores" discriminam-se da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Fornecedores c/c	311 944,29	195 735,53
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	311 944,29	195 735,53

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está repartida da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRS	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA*	8 236,68	17 271,60
* ao abrigo Dec. Lei 20/90		
Outros Impostos e Tributações	7 338,33	0,00
Total	15 575,01	17 271,60
Passivo		
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	8 747,06	4 433,79
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	50 750,46	24 198,99
Outros Impostos e Tributações	0,00	0,00
Total	59 497,52	28 632,78

17.10. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2025		2024	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Clientes e Utentes	0,00	288 392,85	0,00	202 618,55
Adiantamento de utentes	0,00	288 392,85	0,00	202 618,55
Fornecedores	0,00	59 820,84	0,00	33 244,40
Fornecedores de investimentos	0,00	59 820,84	0,00	33 244,40
Pessoal	0,00	74 807,82	0,00	149,07
Remunerações a pagar	0,00	74 207,42	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	600,40	0,00	149,07
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	209 003,25	0,00	157 780,92
Remunerações a liquidar	0,00	199 653,89	0,00	157 780,92
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2026	0,00	163 422,30	0,00	129 183,32
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2026	0,00	36 231,59	0,00	28 597,60
Outros Acréscimos	0,00	9 349,36	0,00	0,00
Outros credores	0,00	76 319,19	0,00	39 322,98
Total	0,00	708 343,95	0,00	433 115,92

17.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Exploração de refeitórios	461 617,09	444 401,43
Outros Subcontratos	16 806,82	92 940,96
Trabalhos especializados	50 183,65	29 683,15
Publicidade e propaganda	795,44	
Vigilância e segurança	99 697,58	6 741,68
Honorários	67 140,01	48 447,61
Conservação e Reparação		
Em equipamentos próprios	91 328,07	50 903,68
Serviços bancários	8 356,23	5 940,06
Outros		
Consultas utentes	22 191,93	22 077,49
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	4 731,06	3 713,43
Material de escritório	10 141,96	11 348,34
Artigos para oferta	8 011,74	24 617,43
Material didáctico	5 348,73	30,00
Rouparia		4 809,41
Calçado e vestuário utentes		1 854,98
Artigos saúde utentes	12 228,64	17 914,83
Electricidade	76 799,44	58 574,24
Combustíveis	6 320,96	7 359,88
Água	32 472,66	26 309,97
Gás	21 949,48	12 596,54
Deslocações e Estadas		
Pessoal	7 491,45	6 444,99
Utentes	13 115,05	10 087,21
Transportes de pessoal	1,00	
Rendas e alugueres	39 639,20	6 127,90
Comunicação	42 506,56	39 598,03
Seguros	14 721,30	8 266,89
Contencioso e notariado	663,82	519,22
Limpeza, higiene e conforto	88 462,58	69 679,17
Outros Serviços	4 367,69	6 695,92
Atividades de animação	2 361,98	2 114,23
Total	1 209 452,12	1 019 798,67

17.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Rendimentos Suplementares	14 948,24	17 567,69
Descontos de pronto pagamento obtidos	22,54	165,54
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rend.e ganhos em invest.não financeiros	12 865,00	1 200,00
Correções relativas períodos anteriores	56 466,07	8 089,25
Imputação de subsídios p/ investimento	88 499,94	88 499,94
Restituição de impostos	0,00	0,00
Ganhos em out.investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos	616,21	1 479,90
Total	173 418,00	117 002,32

17.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Impostos	506,48	250,90
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	45,29	4 615,07
Donativos	57 265,94	63 140,00
Quotizações	225,00	225,00
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Outros não especificados	0,00	732,80
Total	58 042,71	68 963,77

17.14. Resultados Financeiros

Designação	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	27 993,37	37 754,30
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Total	27 993,37	37 754,30
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-27 993,37	-37 754,30

17.15. Informações genéricas

O ano em análise decorreu, ainda, num contexto de grande incerteza, com a manutenção do conflito na Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, agravado pela escalada do conflito no médio oriente bem como pela taxa de inflação muito acima do habitual. Assim, vivemos uma vez mais uma situação com um terrível impacto na economia global pelo aumento de preços em geral.

Em Portugal, o Governo, continua a tomar medidas de apoio ao aumento generalizado dos preços, quer a entidades quer à população em geral. O setor social também tem vindo a beneficiar desses apoios para fazer face às necessidades das diversas respostas sociais e ao apoio à comunidade.

O número médio de utentes e pessoal ao serviço em 2025 e 2024 foi o seguinte:

Designação	2025		2024	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
ERPI	103	64	99	68
Centro Dia	13	3	12	3
ACS - Sede	1260	1	1193	1
Total	1376	68	1304	72

17.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 05 de março de 2026.

O Contabilista Certificado

Ana Fcasbo

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direcção.

A Direcção

_____, ____ de _____ de 2026

